



**Ministério da Cultura**  
**Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**ATA**

**9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC**

Brasília (DF), 6 e 7 de Abril de 2009

Local: – Brasília/DF

## 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC

1 Ao sétimo dia do mês de abril de dois mil e dez, às nove horas e  
2 trinta minutos nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, na  
3 Academia de Tênis, situada nesta capital, sob a presidência do Sr.  
4 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC), na presença dos (as)  
5 Senhores (as): Sra. **Ana Glafira** (Artes Visuais), Sra. **Anita Pires**  
6 (Fórum Nacional de Secretários Estaduais), Sr. **Alessandro Azevedo**  
7 (Culturas Populares), Sr. **Alfredo Manevy** (Secretário Executivo do  
8 Ministério da Cultura), Sr. **Almir Mota** (Colegiado Setorial de Livro e  
9 Leitura), Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura), Sr. **Carlos**  
10 **Paiva** (Ministério das Comunicações), Sr. **Chico Simões** (Inclusão  
11 Social por Intermédio da Cultura), Sr. **Crispiniano Neto** (Fórum  
12 Nacional de Secretários Estaduais), Sr. **Cristiano Pena** (Colegiado de  
13 Teatro), Sra. **Dulce Lamego Rocha** (Colegiado Setorial de Dança),  
14 Sr. **Fernando Cruz** (Colegiado Setorial de Teatro), Sr. **Fernando**  
15 **Nunes Alves** (Ministério do Trabalho e Emprego), Sr. **Freddy Van**  
16 **Camp** (Design), Sr. **GOG** (Indicação do Ministro), Sr. **Guilherme**  
17 **Alves Carvalho** (Colegiado de Teatro), Sra. **Heloísa Esser dos Reis**  
18 (Arquivos), Sr. **Henilton Parente Menezes** (Ministério da Cultura),  
19 Sr. **Henrique Faulhaber** (Comitê Gestor da Internet no Brasil), Sr.  
20 **Ignácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Municípios), Sr.  
21 **Inácio Arruda** (Comissão de Educação e Cultura do Senado  
22 Federal), Sra. **Isaura Franco** (Cadeia do Livro, Leitura e Literatura),  
23 Sr. **Ivo Benfato** (Culturas Populares), Sr. **João Batista Ribeiro**  
24 (Coordenador-Executivo da II CNC), Sr. **João Guilherme Ripper**  
25 **Academia** (Brasileira de Música), Sr. **José do Nascimento Junior**  
26 (Ministério da Cultura), Sr. **José Luiz Herência** (Secretário de  
27 Políticas Culturais), Sr. **Lamartine Silva** (Culturas Afro-Brasileiras),  
28 Sra. **Laura Cristina Maia** (Associação Brasileira de Municípios), Sra.  
29 **Maria Adelaide Chamusca** (Ministério da Educação), Sra. **Maria**

30 **Luiza Fonseca do Valle** (Secretaria-Geral da Presidência da  
31 República), Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades  
32 Culturais), Sr. **Newton Goto** (Colegiado de Artes Visuais), Sr.  
33 **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional dos Conselheiros Estaduais), Sra.  
34 **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital), Sr. Renato da Silva Moura  
35 (Artesanato), Sra. **Rosa Coimbra** (Colegiado Setorial de Dança),  
36 Sra. **Silvana Meireles** (Secretária de Articulação Institucional), Sra.  
37 **Silvia Moura** (Colegiado Setorial de Dança), Sr. **Tadeu Di Pietro**  
38 (Diretor da Funarte), Sra. **Virgínia Lúcia** (Colegiado Setorial de  
39 Teatro), Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial),  
40 Sr. **Wladimir Spernega** (Colegiado Setorial de Circo), Sr. **Zulu**  
41 **Araújo** (Presidente da Fundação Palmares): Teve início a 9ª Reunião  
42 Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural coordenada pelo  
43 Senhor **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) servidor do  
44 Ministério da Cultura, destinado a apreciar a seguinte pauta: **Pauta**  
45 **do dia 07 de Abril de 2009: 1) Abertura; 2) Orientação aos**  
46 **Conselheiros; 3) Ordem do Dia; 4) Informes, Deliberações e**  
47 **Encaminhamentos gerais; 5) Audiência Pública do Sistema Nacional**  
48 **de Cultura – Senado Federal e Reunião com Deputados. Item 1 –**  
49 **Abertura:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
50 cumprimentou a todos os conselheiros e deu início a 9ª Reunião  
51 Ordinária e a 1ª Reunião do segundo mandato deste governo;  
52 Colocou sua satisfação por estar naquele dia recebendo os novos  
53 integrantes dos colegiados e os novos representantes dos órgãos;  
54 Observou que são mais de treze ministérios representados, seis  
55 entidades nacionais, associações de prefeitos, três representações  
56 municipalistas, uma representação dos secretários de cultura, o SESC  
57 e entidades de pesquisa; Atentou para o fato dos representantes dos  
58 colegiados setoriais estarem presentes naquele momento assistindo a  
59 reunião; Declarou que o Conselho tem oito colegiados funcionando:  
60 Cultura Popular, Cultura Indígena, Livro e Leitura e Literatura, Teatro,  
61 Dança, Circo, Artes Visuais e Música; Informou que o Conselho tem

62 onze segmentos que ainda não estão organizados em colegiados,  
63 mas que irão se transformar em colegiados ou se constituir em fóruns  
64 permanentes de discussão; Atentou para o fato de que alguns  
65 Ministérios ainda não conseguiram indicar a tempo os seus  
66 representantes. Fez um breve relato das importantes discussões  
67 feitas na ata anterior, 2008-2009. Apresentou o material contido  
68 dentro da pasta que foi entregue a todos os participantes; Observou  
69 que muitos temas que seriam discutidos poderiam gerar novos  
70 projetos de leis e inclusive políticas públicas; Fez um breve relato  
71 sobre a pauta que seria discutida naquele dia e explicou a respeito da  
72 audiência que todos assistiriam na parte da tarde na Câmara dos  
73 Deputados, e também da audiência da Comissão de Educação e  
74 Cultura da Câmara dos Deputados. Mencionou a PEC 150, sobre o  
75 orçamento da união destinado a cultura, que se encontra em  
76 tramitação no Congresso Nacional. O Sr. **Gustavo Vidigal**  
77 mencionou também a respeito do pró-cultura, da nova lei Rouanet, e  
78 o fundo nacional de cultura que hoje já tem um milhão de reais e que  
79 articula dentro dele dez setores culturais. Informou que todos  
80 receberiam um documento de balanço das atividades realizadas no  
81 último ano, e ainda que era muito importante que todos lessem.  
82 Disse também que no caso dos colegiados setoriais seriam  
83 capacitados pelo Plenário do CNPC para que todos trabalhassem  
84 juntos. Colocou o vale-cultura como uma ação revolucionária de  
85 grande importância para o campo cultural, que irá movimentar  
86 quando estiver regulamentado, entre cinco e sete bilhões de reais,  
87 sendo quatro ou cinco vezes mais que a Lei Rouanet atualmente;  
88 Explicou que o vale será de cinquenta reais e poderá ser usado para  
89 ir ao cinema, comprar um livro, ir a um concerto, ir ao teatro,  
90 comprar um CD, um DVD, ou seja, toda forma de divulgação e de  
91 acesso a cultura; Ressaltou que cabe ao Conselho Nacional, aos  
92 colegiados setoriais, as universidades brasileiras, a sociedade de  
93 modo geral discutir sobre vale-cultura e o que é um consumo cultural

94 e a sua importância para o desenvolvimento da nação. Por sua vez, o  
95 secretário-geral do CNPC, Gustavo Vidigal, afirmou que a instalação  
96 do órgão integrante da estrutura do Ministério da Cultura consolidou  
97 um importante espaço de interlocução com a sociedade civil. Ainda  
98 lembrou importantes debates realizados desde a primeira reunião,  
99 em dezembro de 2007, como as diretrizes do Plano Nacional de  
100 Cultura e a reformulação da Lei Rouanet. Antes de passar a palavra  
101 ao Sr. Marcelo Veiga (Coordenador-Geral do CNPC), o Sr. Gustavo  
102 Vidigal (Secretário-Geral do CNPC) solicitou a todos que se  
103 apresentassem brevemente. **Item 2 – Orientações aos**  
104 **conselheiros:** Após as apresentações dos (as) senhores (as)  
105 presentes, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) iniciou  
106 sua apresentação a respeito das funcionalidades do Conselho  
107 Nacional de Cultura para os conselheiros; Explicou sobre o  
108 acompanhamento do Plano Nacional de Cultura e também dos  
109 projetos em andamento; Ressaltou a importância dos conselheiros  
110 em conhecer o regimento interno e as suas competências para  
111 facilitar o trabalho e andamento das sessões; Citou que o Ministério  
112 da Cultura tem que trazer todos os termos de parceria que são  
113 estabelecidos com o Oscips para o Plenário do Conselho para que ele  
114 dê o seu parecer com relação aquele termo de parceria; Adiantou  
115 também que no dia seguinte discutiriam sobre a pauta de 2010 e a  
116 escolha dos membros para este trabalho; Colocou também que o  
117 regimento interno possui diversas competências, e que em 2007  
118 começaram com 52 membros, crescendo para 60 membros este ano.  
119 Relatou o aumento de oito membros para o Plenário do Conselho e de  
120 quatro novas áreas que ganharam assento: Arquitetura, Moda,  
121 Design e Artesanato e, além disso, quatro novas cadeiras da  
122 sociedade civil, pra manter a paridade; Informou que as contribuições  
123 ao plano do sistema nacional de cultura foram fundamentais, e  
124 também que o Plenário se posicionou politicamente de maneira muito  
125 eficiente, além de que tiveram uma resolução muito importante sobre

126 as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do fundo e, através  
127 disso, conseguiram pontuar mais diretrizes gerais; Destacou como  
128 ponto fundamental para o mandato anterior desse Plenário a  
129 realização junto com o Ministério da Conferência Nacional de Cultura  
130 e principalmente das pré-conferências setoriais. O Sr. **Marcelo Veiga**  
131 observou que tudo que foi decidido tinha que ser submetido ao  
132 Plenário para ser aprovado, portanto, mesmo sendo muito caro para  
133 o Ministério a realização da conferência o maior desafio foi a  
134 realização das pré-conferências; Colocou que não existiu outro  
135 movimento com maior abrangência, mobilizaram vinte e sete estados  
136 em 19 áreas, pensando diretrizes, discutindo e cobrando ações, tendo  
137 95 diretrizes aprovadas pela conferência, um processo de eleição  
138 direta para as áreas técnicas e artísticas e patrimônio; Atentou para  
139 as pré-conferências como uma invenção que gerou grandes  
140 resultados, sendo um ato inédito em um processo democrático.  
141 Informou que o Conselho tem um plano de comunicação e de  
142 relacionamento com Conselhos Estaduais, Municipais, Secretarias de  
143 Órgãos Estaduais, que será trazido para o Plenário na próxima  
144 reunião; Relatou que o Conselho tem como instância os Grupos de  
145 Trabalhos, as Comissões Temáticas e a Conferência. Destacou que  
146 não seria possível definir naquele momento a escolha dos novos  
147 membros dos grupos de trabalho e comissões temáticas, visto que o  
148 Conselho não tinham os representantes definitivos dos Colegiados  
149 Setoriais, mas mencionou a todos quais seriam estes grupos para que  
150 o Plenário se manifestasse caso fosse necessário. São estes:  
151 Comissão Temática do Plano Nacional de Cultura; Comissão Temática  
152 do Sistema Nacional de Cultura. Grupo de Trabalho de Finanças/Lei  
153 Rouanet; Grupo de Trabalho de Doações de Obras de Artes; Grupo de  
154 Trabalho Cidade como Cultura ou Cultura Urbana. Observou que os  
155 colegiados setoriais eram as instâncias abaixo do colegiado, que hoje  
156 possuem oito colegiados setoriais com membros do poder público e  
157 da sociedade civil. Explicou que os segmentos: dança, teatro, circo,

158 música e artes visuais eram câmaras setoriais originalmente criadas  
159 sob a tutela da Funarte em 2004, tiveram um hiato e depois em 2008  
160 foram transformados em colegiados setoriais; Atentou para que todos  
161 usassem o espaço do site, tanto para pesquisa quanto para  
162 publicação de qualquer matéria e, ainda que, se pretende fazer até o  
163 final do ano uma publicação, ou seja, uma revista com o material das  
164 câmaras setoriais para distribuição interna e externa e que na  
165 próxima reunião ele informaria qual o andamento dessa publicação;  
166 Lembrou que os Colegiados têm duas funções fundamentais para  
167 esse ano: discutir e aprovar junto com o Ministério o Plano Setorial  
168 de cada uma das áreas e discutir os Fundos Setoriais; Informou que  
169 hoje são oito Colegiados constituídos e que a idéia do Conselho era  
170 fazer Colegiado de todas as áreas, sendo no futuro a constituição de  
171 dezenove colegiados. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
172 CNPC) agradeceu a presença de todos e começou sua explanação  
173 sobre a ordem do dia. **Item 3 – Ordem do dia:** O Sr. **Marcelo**  
174 **Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) iniciou a ordem do dia  
175 informando que a pauta não teve a colaboração dos conselheiros,  
176 mas que gostaria de ouvir sugestão das próximas pautas para que  
177 fosse feito um planejamento do Conselho dos anos de 2010-2011.  
178 Relatou que a Cultura não terá um assento permanente no Conselho  
179 Nacional de Ciência e Tecnologia, mas poderá participar como  
180 convidada do CNPC. Ressaltou também a importância do CNPC em  
181 estreitar relações como o Conselho Nacional de Ciência em  
182 Tecnologia. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
183 passou a palavra para o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do  
184 CNPC) pra que ele desse os informes do Seminário da Universidade  
185 Federal em parceria com a Universidade Federal da Bahia. O Sr.  
186 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) informou que esse  
187 seminário é uma demanda antiga para o Conselho e que pela  
188 primeira vez na história desse país irá se realizar uma reunião com  
189 todos os Conselhos Estaduais, Conselho Nacional e o Plenário do

190 Conselho Nacional; Mencionou alguns pontos importantes a serem  
191 discutidos, tais como o Sistema Nacional, a articulação política dos  
192 Conselhos e a temática das linguagens; Informou também que a  
193 programação será decidida através de sugestões do Plenário, que  
194 poderão ser entregues pelos conselheiros até o dia trinta de abril. O  
195 Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) passou para o  
196 seguinte item da ordem do dia, que fala sobre o Grupo de Trabalho  
197 Animais de Circo. Ele informou que esse GT irá atingir vários  
198 Ministérios e instâncias relacionados aos animais no circo; Atentou  
199 aos novos conselheiros que hoje tramita no Congresso Nacional um  
200 projeto de Lei para abolir o uso de animais nos circos, o que  
201 afrontaria a área do circo por sua tradição; Frisou a importância do  
202 Conselho e do Colegiado em defender a utilização de animais no circo  
203 a partir de regras claras de como eles devem ser tratados. Informou  
204 que o estado brasileiro não tem nenhuma legislação de como deve  
205 ser o tratamento desses animais no ambiente do circo. Relatou ainda  
206 que o Conselho vem discutindo a criação de um grupo Interministerial  
207 para debater uma alternativa, provavelmente por um projeto de Lei,  
208 para manter os animais no circo. Informou também que este grupo  
209 contará com a participação do Ibama, IFAN, CID/MINC e o CNPC,  
210 sugerindo um membro do Colegiado de Circo para representar o  
211 Plenário. O Sr. **Crispiniano Neto** (Fórum Nacional de Secretários  
212 Estaduais) atentou também para o problema não só da sobrevivência  
213 dos animais do circo como também da sobrevivência do próprio circo.  
214 O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) passou para o  
215 último item da pauta, que se refere ao debate da pauta de trabalho  
216 para os anos de 2010 e 2011. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum  
217 Nacional dos Conselheiros Estaduais) informou que foi encaminhada  
218 para Assembléia Legislativa de Alagoas uma Lei proibindo animais no  
219 circo. Citou a importância do Conselho em encaminhar à Secretaria  
220 de Estado da Cultura considerações gerais e argumentos relacionados  
221 à necessidade de uma regulamentação e não simplesmente a



222 proibição de animais; Também colocou as comissões temáticas e os  
223 grupos de trabalho como uma questão a se rever, sugerindo um  
224 grupo de trabalho mais focado para subsidiar decisões desta Plenária  
225 em apenas três meses. O Sr. **Newton Goto Rocha Filho** (Colegiado  
226 de Artes Visuais) sugeriu a questão da valorização do trabalho do  
227 artista, para que este seja reconhecido e também para que haja o  
228 pró-labore para o artista; Sugeriu também que o Conselho voltasse a  
229 debater a questão dos prêmios realizados pelos editais da Funarte,  
230 que mudaram a tributação dos prêmios ligados à produção científica  
231 e artística. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
232 lembrou dos desafios para a renovação deste Conselho, visto que ele  
233 se constituiu de uma forma inédita. O Sr. **Márcio Silveira** (Colegiado  
234 Setorial de Teatro) levantou a questão da proibição do artista de rua  
235 no Brasil e espera que o Conselho e os companheiros de outros  
236 órgãos se atenuem a isso. O Sr. **Manuel José de Souza Neto**  
237 (Fórum Nacional de Música) solicitou ao Conselho que na primeira  
238 reunião do Colegiado de Música fosse incluído a leitura e aprovação  
239 do Plano Setorial de Música. Pediu também um apoio para uma  
240 intenção aos membros do Conselho e que ele seja interventor e social  
241 nas questões da cultura. A Sra. **Rosa Coimbra** (Colegiado Setorial de  
242 Dança) sugeriu que a Secretaria Geral da Presidência da República  
243 articule a conexão entre os diversos Conselhos Nacionais e convide  
244 membros do CNPC para outras reuniões que trate de assuntos  
245 pertinentes à atuação do CNPC e vice-versa. Sugeriu também que o  
246 GT Doações de Obras de Arte inclua na discussão outras questões  
247 jurídicas que dizem respeito à todas as áreas das artes e da cultura.  
248 O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu a  
249 todos e lembrou ao Plenário de verbalizar as suas solicitações através  
250 de e-mail e fazer com que os outros conselheiros conheçam a pauta  
251 de cada um. **Item 4 – Informes, Deliberações e**  
252 **Encaminhamentos gerais:** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
253 Geral do CNPC) informou que o local de embarque e desembarque

254 dos ônibus seriam no Anexo IV da Câmara dos Deputados. A reunião,  
255 por sua vez, seria realizada no Anexo II, Plenário treze; Alertou  
256 também que os conselheiros que tivessem vôos a partir das dezoito  
257 horas deveriam voltar ao local destinado ao desembarque para se  
258 dirigirem ao aeroporto. Observou que iria passar a palavra para Sra.  
259 **Patrícia Canetti** (Arte Digital) no começo dos trabalhos do dia  
260 seguinte. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Marcelo Veiga**  
261 (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu a todos e encaminhou todos  
262 para o almoço. **Item 5) Audiência Pública do Sistema Nacional**  
263 **de Cultura – Senado Federal e Reunião com Deputados:** Após o  
264 almoço, na parte tarde os conselheiros interromperam os trabalhos  
265 para assistir a Audiência Pública sobre a Proposta de Emenda  
266 Constitucional que institui o Sistema Nacional de Cultura. O debate foi  
267 promovido na Câmara dos Deputados, pela Comissão Especial de  
268 Tramitação da PEC 416/2005, e contou com a participação de  
269 dirigentes do Ministério da Cultura. No segundo dia de atividades, o  
270 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) declarou aberta a  
271 sessão destinada a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 08 de**  
272 **Abril de 2009: 6)** Análise de Termos de Parceria pelo Plenário do  
273 CNPC; **7)** Balanço da II Conferência Nacional de Cultura – CNC; **8)** A  
274 pauta da Cultura no Congresso Nacional; **9)** Encaminhamentos,  
275 Informes e Breves Comunicações. O Sr. **Gustavo Vidigal**  
276 (Secretário-Geral do CNPC) cumprimentou a todos os presentes e  
277 informou que naquela manhã tratariam de dois assuntos de forma  
278 breve, o primeiro com relação à uma das atribuições mais  
279 importantes do Plenário que seria recomendar, avaliar e recomendar  
280 propostas de planos de trabalho do Ministério com OSCIPs e OSs, e  
281 que o segundo seria uma breve explanação sobre a II Conferência  
282 Nacional de Cultura e os seus resultados, além do impacto disso na  
283 vida do Ministério, do Conselho, e como trabalhar avaliação,  
284 monitoramento das diretrizes aprovadas na II Conferência; Passou  
285 então a palavra ao Sr. Cláudio Peret, Consultor Jurídico Adjunto do

286 Ministério da Cultura. **6) Análise de Termos de Parceria pelo**  
287 **Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural:** O Sr.  
288 **Cláudio Peret** (Consultoria Jurídica do Minc) cumprimentou a todos  
289 e informou que explanaria sobre uma competência das mais  
290 relevantes do Conselho Nacional de Políticas Culturais pra se  
291 manifestar politicamente que seria a esfera de atuação do Conselho,  
292 e de forma consultiva, sobre as parcerias realizadas entre o Estado  
293 por intermédio do Ministério da Cultura e as Oscips, as Organizações  
294 da Sociedade Civil de Interesse Público; Informou que essas  
295 organizações são regidas pela Lei nº 9.790 de 1999 e que a Oscip  
296 assim como a OS são inscritas no Ministério da Justiça, e após  
297 constituídas podem firmar termo de parceria, e esse termo de  
298 parceria naturalmente é avaliado pelo Ministério, sob seus aspectos  
299 jurídicos, sob seus aspectos técnicos, mas tem um passo a mais,  
300 porque a idéia da criação das Oscips e ainda, que se pauta pela  
301 avaliação, muito mais dos resultados do que dos aspectos  
302 formalísticos, que são necessários nas avaliações; Explicou que as  
303 contratações formais do Ministério são regidas pela Lei 8.666 no  
304 momento da formalização deste vínculo entre o Estado e o ente  
305 privado, mas que no caso da Oscip não, no caso da Oscips era  
306 diferente; Relatou que nesse caso teria um viés mais voltado com  
307 foco no resultado e por isso tem também, no momento da  
308 formalização uma etapa a mais, também visando o melhor resultado;  
309 Mencionou que a manifestação do Conselho seria consultiva, com  
310 função de apontar os caminhos políticos e técnicos sugerindo  
311 alternativa, opções ou aderindo àquelas opções já estabelecidas no  
312 momento inicial da parceria. O Sr. **Cláudio Peret** (Consultoria  
313 Jurídica do Minc) explicou também que o papel do Conselho era um  
314 papel consultivo, auxiliar, propositivo e nesses termos estabeleceria a  
315 competência na avaliação dos termos de parceria; Observou que o  
316 Ministério teria a prerrogativa de seguir ou não o parecer do  
317 Conselho, mas obviamente ele estaria respaldado politicamente se

318 seguisse a manifestação do CNPC, e não seguindo da mesma forma  
319 como acontece nos pareceres da Consultoria Jurídica o gestor  
320 assumiria os ônus jurídicos; Ressaltou que no caso da Consultoria  
321 Jurídica, no caso da sua decisão em sentido contrário, certamente  
322 teria que fundamentar muito bem a sua decisão; Agradeceu a  
323 atenção de todos e se colocou à disposição para esclarecimentos. O  
324 Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu a  
325 explanação do Dr. Cláudio Peret e cumprimentou todos; Frisou que  
326 aquele era o momento adequado para que definissem alguns  
327 procedimentos do Plenário para que não viessem a ter problemas  
328 depois, principalmente com os termos de parceria que são  
329 apresentados muito em cima da hora; Sugeriu que uma comissão, e  
330 essa comissão formada por cinco ou seis conselheiros, analisassem  
331 esses termos de parceria; Abriu as inscrições para debate. A Sra.  
332 **Patrícia Canetti** (Arte Digital) concordou com a criação de um grupo  
333 de trabalho para que ela avaliasse a necessidade de ser chamado um  
334 conselheiro da área do projeto, caso necessário, e que como alguns  
335 assuntos os deixavam muito inseguros, que pudessem contar com  
336 pareceristas já existentes no Minc pra dar apoio ao Conselho. O Sr.  
337 **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional dos Conselheiros Estaduais)  
338 perguntou sobre o relatório de atividades; Colocou que o ponto da  
339 aprovação do conselho, não em caráter definitivo, mas de forma  
340 consultiva, teria gerado momentos de impasse no conselho; Disse  
341 que o contraditório e o impasse fazem parte da vida de um conselho,  
342 mas que buscam melhorar a temática de trabalho; Observou também  
343 que já havia questionado na última reunião, e propôs, que talvez na  
344 comissão temática fosse reacomodada, e que tivesse uma comissão  
345 que verificasse em suma os recursos do Ministério para atender a  
346 política nacional e cultural; Solicitou que o Ministério apresentasse  
347 um relatório sobre os termos de parceria já aprovados, que isso  
348 embasaria o encaminhamento dos termos futuros, e até hoje não  
349 teriam tido esse retorno; Citou o artigo 4º do Regimento Interno do

350 CNPC e disse que deveriam, portanto, ter uma leitura do que já havia  
351 sido realizado e também uma leitura de como haveria sido esse  
352 trabalho no ano anterior e o que esses investimentos significaram  
353 como resultados. O Sr. **Romancil Kretã** (Culturas Indígenas) colocou  
354 que sobre os termos de parceria do ano passado, que ele não sabia  
355 por que as regiões Sul e Sudeste haviam sido prejudicadas por esses  
356 termos; Explicou que no dia 20 de dezembro do ano passado haviam  
357 assinado um convênio com o Ministério da Cultura sobre os Pontos de  
358 Cultura, para uma Oscip, perante as Lideranças Indígenas; Relatou  
359 que o Termo de Parceria foi aprovado pelo Conselho, que foi feito um  
360 empenho no dia vinte, e que foi suspenso no dia vinte e três; Leu o  
361 documento que receberam, qual seja: *"Assunto: Termo de Parceria*  
362 *Pontos de Cultura Indígena, Oscip SODETEC: Senhora Consultora, De*  
363 *ordem da Secretaria de Identidade e da Diversidade Cultural,*  
364 *encaminho o Processo supracitado para análise do parecer dessa*  
365 *Consultoria Jurídica quanto à sua continuidade, visto que o Termo de*  
366 *Parceria foi aprovado no Conselho Nacional de Cultura, que foi ano*  
367 *passado, em 15/12/2009, com o parecer favorável do conselheiro*  
368 *Geraldo Moraes. Em 20/12/2009, foi emitida a nota do empenho, no*  
369 *valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); Em 23/12/2009, a*  
370 *Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira*  
371 *encaminha o processo à Coordenação de Execução Orçamentária,*  
372 *para cancelamento do empenho..."*. O Sr. **Romancil Kretã** (Culturas  
373 Indígenas) questionou como você tira um empenho de uma  
374 instituição, e você empenha em outra, porque a outra seria muito  
375 mais estratégica para você do que aquela que você estava  
376 trabalhando. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
377 respondeu que o Ministério da Cultura já estava avaliando essa  
378 questão. O Sr. **Newton Goto Rocha Filho** (Colegiado de Artes  
379 Visuais) sugeriu que quando os assuntos fossem colocados que se  
380 indicassem um local onde pudessem pesquisar os documentos, o que  
381 facilitaria muito para que todos acompanhassem a discussão. O Sr.

382 **Lamartine Silva** (Culturas Afro-Brasileiras) se apresentou e colocou  
383 que estava muito feliz por estar representando a cultura afro-  
384 brasileira; Colocou que uma solução seria estudar um pouco mais, e  
385 enquanto Conselho criar um instrumento para que os termos de  
386 parcerias virassem documentos, democratizando para que mais  
387 pessoas na ponta pudessem ter acesso a esses termos de parcerias.  
388 A Sra. **Virgínia Lúcia** (Colegiado Setorial de Teatro) se apresentou e  
389 colocou que sobre os termos de parceria, embora a posição do  
390 Conselho Nacional de Políticas Culturais fosse consultiva, era uma  
391 condição sine qua non para que os termos de parceria fossem  
392 efetivados de acordo com a Lei nº 9.790/99; Concordou com a  
393 manifestação do Sr. Kretã, dizendo que hoje acontece com os povos  
394 indígenas, e que amanhã poderia acontecer com todos; Ressaltou  
395 que sobre o convênio com a SODETEC, que mesmo que não fosse  
396 atendido pela Lei 8.666, e que nesse sentido, como já estava  
397 empenhado gerava por parte do poder público de cumprimento nesse  
398 convênio que seria o do depósito; Sugeriu então que essa questão  
399 fosse resolvida mediante um referendo ao parecer do conselheiro que  
400 analisou, e que esta reunião referendasse o parecer daquele  
401 conselheiro, e assim, não teriam que voltar e que discutir essa  
402 mesma questão. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
403 Conselho Nacional de Política Cultural) lembrou a todos que o tempo  
404 acordado para cada fala era de três minutos e solicitou que todos se  
405 atentassem a isso; Observou que os termos não precisavam ser  
406 aprovados pelo Conselho, e que a única coisa que o Plenário faria era  
407 dar o parecer concordando ou não com esses termos de parcerias;  
408 Colocou que sobre a questão mencionada pelo Sr. Romancil Kretã,  
409 que faria o encaminhamento de sua carta ao ministro da cultura. A  
410 Sra. **Silvana Meireles** se apresentou e comentou que todas as  
411 reuniões em que está presente, a questão das Oscips sempre vão à  
412 tona, portanto, que isso também era novidade para o Ministério da  
413 Cultura, uma experiência nova e importante para eles também;

414 Ressaltou que o papel mais importante do Conselho era avaliar a  
415 natureza do termo de parceria que estava se tratando, e que muitas  
416 vezes esse termo quem permite o desenvolvimento do projeto, do  
417 programa que está em questão na cooperação; Explicou que no caso  
418 da Secretaria de Articulação que submeteu a esse Conselho em  
419 parceria com a SAV e com a Sociedade Amigos da Cinemateca, e  
420 pediu que na próxima reunião do Conselho pudesse fazer uma  
421 apresentação da Sociedade Amigos da Cinemateca, para que  
422 entendam que Oscip é essa, e também que com oito projetos pilotos  
423 que serão selecionados por uma comissão julgadora para que se  
424 tornem minisséries destinadas a juventude brasileira nas classes C, D  
425 e E; Relatou alguns projetos e prêmios que já foram realizados, nos  
426 lugares mais distantes do país, uma parceria do Ministério da Cultura  
427 com secretários; E ressaltou a importância da apresentação dessa  
428 Oscip e cada um dos editais de parceria como com o Banco do  
429 Nordeste, a Oscip INEC, o Ministério da Cultura e a Secretaria de  
430 Estado de cada um desses onze entes federados, onde selecionaram  
431 1.228 projetos, 306 de Artes Cênicas, 298 de Artes Integradas, 292  
432 de Música, 164 de Artes Visuais, 101 de Áudio Visual e 67 de  
433 Literatura. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do Conselho  
434 Nacional de Política Cultural) informou que sobre o processo dos  
435 termos de parceria que havia uma comissão constituída durante o  
436 processo, e lembrou que os membros do Plenário deveriam participar  
437 dessa comissão; Reafirmou as sugestões do Sr. Osvaldo e da Sra.  
438 Patrícia, e ainda disse que irão fazer um levantamento e na próxima  
439 reunião apresentarão os resultados; Realizou a leitura da Resolução  
440 Nº2, 26 Agosto de 2009, para que todos discutissem depois, qual  
441 seja: "*Resolução Nº02 de 26 de agosto de 2009. Estabelece critérios  
442 de diretrizes para consultas de termos de parceria a serem  
443 celebrados entre o Ministério da Cultura e Organizações do Estado  
444 Civil de interesse público no Conselho Nacional de Política Cultural.*  
445 *Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, reunida em sessão*

446 plenária ordinária em Brasília, em 25 e 26 de agosto de 2009, e no  
447 uso das competências que lhe são conferidas pelo Artigo 7º Inciso VI  
448 do Decreto 5.520 de 24 de agosto de 2005, tendo em vista o disposto  
449 no Artigo 4º Incisos I e VII do seu Regimento Interno, e considerando  
450 no disposto no artigo dez, parágrafo primeiro da Lei 9.790, de 23 de  
451 março de 1999, Artigo 10, Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999,  
452 que estabelece que a celebração dos termos de parceria será  
453 precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas  
454 correspondentes, existentes nos respectivos níveis de governo  
455 resolve. Artigo 1º: Os termos de parceria a serem celebrados entre o  
456 Ministério da Cultura e as Organizações da Sociedade Civil de  
457 Interesse Público - OSCIPs, serão submetidos ao Plenário do  
458 Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, para consulta nos  
459 termos da legislação vigente, e seguirão procedimentos dispostos  
460 nessa resolução. Artigo 2º: Será formada no âmbito do Plenário de  
461 CNPC uma comissão permanente de relatores, constituída por dez  
462 membros com competência para analisar e emitir parecer a cerca dos  
463 termos de parceria. Parágrafo único: Os termos de parceria  
464 apresentados ao CNPC serão distribuídos aos membros da comissão  
465 permanente, de forma equitativa e aleatória. Artigo 3º: Os relatores  
466 terão o prazo de trinta dias para elaborarem seus pareceres  
467 referentes aos termos de parceria, a serem apresentados nas  
468 reuniões imediatamente subseqüentes ao Plenário do CNPC.  
469 Parágrafo único: Os pareceres serão encaminhados a Secretaria  
470 Executiva do CNPC no formato de relatórios finais, nos moldes do  
471 anexo um dessa resolução. Artigo 4º: A articulação das agendas e as  
472 pautas de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela Secretaria  
473 Executiva do CNPC em comum acordo com a comissão de relatores.  
474 Artigo 5º: Os processos serão enviados aos relatores devidamente  
475 instruídos, ao menos com os seguintes documentos; Inciso I - Minuta  
476 do termo de parceria, II - Plano de trabalho, III - Nota técnica, e IV -  
477 Parecer jurídico. Parágrafo 1º: Os documentos elencados no Inciso III



478 e IV, serão emitidos pelos órgãos do Ministério da Cultura, ou  
479 entidade à ele vinculada. *Parágrafo 2º: Os órgãos ou entidades*  
480 *deverão enviar no formato impresso e digital em tempo hábil à*  
481 *Secretaria Executiva do Conselho, os documentos elencados no*  
482 *Caput. Artigo 6º: A Secretaria Executiva do CNPC distribuirá o*  
483 *processo ao relator designado, com os documentos e modelos de*  
484 *relatório, nos termos do anexo 01 dessa Resolução. Artigo 7º: A*  
485 *Secretaria Executiva do CNPC encaminhará o relatório elaborado pelo*  
486 *relator designado aos membros do CNPC em tempo hábil para*  
487 *apreciação no Plenário do CNPC em reunião imediatamente*  
488 *subseqüente. Parágrafo 1º: O Plenário do CNPC poderá aprovar, ou*  
489 *rejeitar o relatório com emendas, ou recomendações. Parágrafo 2º:*  
490 *Manifestação do CNPC tem caráter opinativo não vinculando a decisão*  
491 *final sobre a celebração do termo de parceria. Artigo 8º: Essa*  
492 *resolução entre em vigor na data de sua publicação".* Após a leitura  
493 da Resolução, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
494 consultou o Plenário pra saber se há necessidade de algum  
495 esclarecimento a cerca dessa resolução. A Sra. **Rosa Coimbra**  
496 (Colegiado Setorial de Dança) levantou uma questão de ordem,  
497 colocou que tinham de acordo com o Regimento Interno teriam sim  
498 quórum suficiente para votação, perguntou se a proposta do Sr.  
499 Osvaldo não poderia ser votada naquele momento. O Sr. **Marcelo**  
500 **Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que não, pois ainda  
501 não tinham todos os conselheiros tomado posse no Conselho ainda. O  
502 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) colocou que  
503 mesmo não podendo votar a resolução, eles poderiam incrementá-la.  
504 O Sr. **Ivo Benfato** (Culturas Populares) destacou a presença do  
505 integrante do Colégio Setorial de Culturas Populares, o Mestre Zé  
506 Rolinha de Sergipe, prestando uma homenagem as culturas populares  
507 tradicionais, solicitou que aquele momento fosse marcado com uma  
508 salva de palmas ao mestre, mesmo quebrando o protocolo. **7)**  
509 **Balanco da II Conferência Nacional de Cultura – CNC:** Após

510 algumas deliberações, a Sra. **Silvana Meirelles**, Secretária de  
511 Articulação Institucional iniciou sua apresentação; Apresentou os  
512 dados gerais das cinco etapas, municipal, estadual, conferências  
513 livres, pré-conferências setoriais e a conferência nacional; Explicou  
514 que a primeira etapa da Conferência Nacional, começou nas cidades  
515 brasileiras, e fazendo um dado comparativo com a 1ª Conferência  
516 Nacional, tiveram um salto de mais do que o triplo de conferências  
517 municipais nesse período de 2009; Informou que foram 3.117  
518 cidades brasileiras que realizaram conferências, e que do ponto de  
519 vista qualitativo, representavam avanços maiores do que o próprio  
520 Ministério, no que diz respeito, por exemplo, aos sistemas municipais  
521 de cultura ou sistemas estaduais de culturas; Relatou que em relação  
522 à 1ª Conferência também foi introduzida uma outra modalidade de  
523 conferência, foram as conferências livres, foram realizadas 26  
524 conferências muitas das quais puxadas pelos Pontos de Culturas,  
525 algumas inclusive realizaram as TEIAs regionais juntamente com as  
526 Conferências livres, e que a primeira delas foram conferências  
527 convocadas e organizadas pelos pontos de medidas livre,  
528 selecionados no ano de 2008, e essas Conferências envolveram 1.200  
529 pessoas; Ressaltou que a Região Nordeste se destacou com quase  
530 63% de municípios realizando Conferências municipais, em seguida a  
531 Região Sul e Sudeste com cerca de 54% a 53% de municípios que  
532 realizaram conferências municipais respectivamente e o Centro-Oeste  
533 com cerca de 25% dos municípios; Frisou que foram sistematizadas,  
534 analisadas e esquematizadas 345 propostas, sete mini-plenárias,  
535 cinco eixos, e em dois desses eixos e na plenária final foram eleitas  
536 32 prioridades, sendo 32 das quais priorizadas, sendo duas por cada  
537 um dos sub-eixos da Conferência Nacional, além das 95 prioridades  
538 das pré-conferências setoriais. Mencionou que fazer a II Conferência  
539 com a participação do Conselho também foi extremamente  
540 importante e que qualificou bastante a II Conferência Nacional;  
541 Observou que do ponto de vista interno do Ministério da Cultura, foi

542 uma grande lição de integração, pois todas as áreas do Ministério da  
543 Cultura puderam estar integradas na Conferência e não só nos quatro  
544 dias da Conferência, mas ao longo de todo processo e que isso  
545 ajudou o Ministério a crescer e a ver cada vez mais todos os  
546 segmentos interagindo, e de fato exercitando essa diversidade. O Sr.  
547 **João Ribeiro** (Coordenador da II CNC) acrescentou que o contexto  
548 em que a II Conferência aconteceu, mês de março de um ano  
549 eleitoral, após a Conferência de Direitos Humanos e a de  
550 Comunicação contribuiu muito para que essa tentativa gorasse, o que  
551 não aconteceu, e para ele, conferência é para a gente conferir se  
552 tudo está nos conformes; Colocou que em qualquer plano seja no  
553 plano federal, estadual ou no municipal, se não houver essa  
554 institucionalização de uma política de cultura, agarrada, irmanada,  
555 imbicada com a educação, a maioria das propostas que tiraram da  
556 conferência não se viabilizarão e não é isso que eles querem;  
557 Ressaltou que deveriam fazer da maior lição dessa conferência é que  
558 os conformes do Mestre Alarino sejam conferidos e sejam colocados  
559 em práticas. O Sr. **GOG** (Indicação do Ministro) parabenizou os  
560 conselheiros e observou que as políticas públicas em muitos  
561 momentos foram a grande dificuldade; Declarou sua felicidade por ter  
562 o companheiro Chico Simões representando a inclusão social por  
563 intermédio da cultura no Conselho e também que o Brasil é possível,  
564 independente do governo que se tenha; Colocou sobre sua satisfação  
565 do trabalho sendo realizado e ressaltou que estará sempre no  
566 Conselho defendendo a partir do momento que não perceber que as  
567 coisas estão engavetadas. A Sra. Sra. **Patrícia Canetti** (Artes  
568 Visuais) sugeriu que tivessem um acompanhamento do Plenário em  
569 relação às propostas selecionadas, que fosse criada uma comissão  
570 que coordenasse essas propostas; Sugeriu também que em relação à  
571 próxima Conferência, para que não sofressem o que sofreram este  
572 ano, a contradição de estar vivendo uma Conferência que foi um  
573 espetáculo, mas ao mesmo tempo uma produção caótica, que fosse

574 criada uma comissão formada no Plenário um ano antes, quando se  
575 começasse a falar de Conferências, e começasse a produção da  
576 Conferência, em separado para que não ficassem em cima dos prazos  
577 novamente. A Sra. **Laura Cristina Maia** (Associação Brasileira de  
578 Municípios) agradeceu a Secretaria de Articulação Institucional,  
579 representada pela Secretária Silvana Meirelles, e estendeu seus  
580 agradecimentos aos senhores Ricardo Newman, Vinícius Palmeiras, e  
581 Fred Maia, pelo excelente trabalho que eles têm feito nos pequenos  
582 municípios. O Sr. **Lamartine Silva** (Culturas Afro-Brasileiras)  
583 parabenizou o Sr. Joãozinho Ribeiro pelo excelente trabalho realizado  
584 do ponto de vista cultural na II CNC. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum  
585 Nacional dos Conselheiros Estaduais) sugeriu uma moção de  
586 reconhecimento e de aplauso a sociedade civil organizada nas suas  
587 diversas instâncias por sua mobilização, aos governos municipais que  
588 se envolveram, aos governos estaduais de todos os estados que  
589 participaram e que contribuíram para o sucesso da II Conferência  
590 Nacional de Cultura e ao Ministério da Cultura através de uma moção  
591 de reconhecimento e de aplauso a todas essas instâncias pelo  
592 sucesso alcançado na II CNC. A Sra. **Rosa Coimbra** (Colegiado  
593 Setorial de Dança) perguntou à mesa que tipo de instrumento  
594 poderiam utilizar para a proposta da Sra. Patrícia e fez um apelo para  
595 que cada colegiado priorizasse todas aquelas propostas para que  
596 alimentasse a conversa através dos seus futuros representantes no  
597 Conselho; Perguntou também se não haveria problemas a criação de  
598 uma comissão para cuidar da conferência, pois teriam uma limitação  
599 regimental, e como que ficaria isso. O **Mestre Zé Rolinha** se  
600 apresentou e ressaltou a importância da cultura popular, e ainda que  
601 a educação não pode caminhar longe da cultura, cultura e educação,  
602 porque, segundo ele, um povo sem história é um povo sem memória;  
603 Solicitou que as culturas populares tivesse um espaço garantido na  
604 mesa como tem os outros colegiados. O Sr. **Marcelo Veiga**  
605 (Coordenador-Geral do CNPC) respondeu que culturas populares têm

606 assento garantido no Conselho e que um representante do colegiado  
607 irá defender as posições e a bandeira da cultura popular a partir da  
608 próxima reunião; Respondeu também que o Conselho tem pelo  
609 regimento interno a possibilidade da criação de mais um grupo de  
610 trabalho. E sugeriu então que até a próxima reunião pensassem em  
611 um formato de um grupo de trabalho temporário, podendo funcionar  
612 uns três ou quatro meses até que tudo esteja encaminhado e depois  
613 trariam os resultados que fossem aparecendo para o Plenário. O Sr.  
614 **Wladimir Spernega** (Colegiado Setorial de Circo) agradeceu em  
615 nome do Circo a presença deles na II Conferência que pela primeira  
616 vez o Circo participou de um vulto nacional tão grande. A Sra.  
617 **Patrícia Canetti** (Arte Digital) sugeriu que as setoriais trabalhassem  
618 junto aos colegiados e as representações diversas de estados para  
619 que elaborassem uma espécie de questionário, para enviar a todos os  
620 candidatos à Presidência da República, para que com isso, consigam  
621 colocar a cultura em debate quando começarem os programas  
622 eleitorais; Relatou que fizeram um abaixo assinado contra um  
623 concurso público do IBRAM, esse abaixo assinado foi iniciado por  
624 alguns representantes das setoriais, e quando estavam na  
625 conferência prestes a transformá-lo em moção tiveram uma reunião  
626 com o Sr. Marcelo Veiga e três representantes do IBRAM, para  
627 impedir que entrassem com a moção; Explicou que prometeram que  
628 haveria um encontro do IBRAM, com representantes e com  
629 conselheiros de várias setoriais para conversarem sobre as questões  
630 dos museus e das setoriais, mas que até o presente momento o  
631 acordo não havia sido cumprido. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
632 Geral do CNPC) respondeu que com relação ao questionário que a  
633 Sra. Patrícia sugeriu, que considerava altamente conveniente e que  
634 deveriam sim se posicionar à respeito; Disse que o Plenário poderia  
635 tomar essa iniciativa, e que iria sugerir para que tanto os membros  
636 do Plenário quanto os membros dos colegiados comessem a pensar  
637 o formato desse instrumento que será enviado aos candidatos; Por

638 fim, lembrou a todos que os blogs estão funcionando, e que os  
639 colegiados poderiam discutir internamente quais as questões  
640 importantes e que queiram ver contempladas e respondidas por esses  
641 candidatos; Por estarem em cima do horário, naquele momento, o Sr.  
642 **Marcelo Veiga** encerrou as atividade da manhã e encaminhou todos  
643 para o almoço. Na parte da tarde, o Sr. **Gustavo Vidigal** reiniciou os  
644 trabalhos; Informou que o Ministro Juca Ferreira se atrasaria  
645 bastante, pois, havia sido convocado para uma reunião com o  
646 Presidente Lula de urgência; Sugeriu então que avançassem na pauta  
647 e continuassem a reunião, até o momento em que ele chegasse e  
648 solicitou que todos os ouvintes também se sentassem à mesa do  
649 Plenário. Fez breves comentários e passou a palavra ao Sr. Sérgio  
650 Mamberti, Presidente da Funarte. O Sr. **Sérgio Mamberti** (Funarte)  
651 cumprimentou a todos os presentes e colocou que a conferência foi  
652 um passo muito adiante, e que a revitalização e a renovação dos  
653 Colegiados passava a ser um instrumento importantíssimo para  
654 arredondar as políticas setoriais, para que o Plano Nacional de Cultura  
655 realmente refletisse as necessidades e os anseios de cada uma das  
656 áreas; Relatou que diante da pauta que existe no Congresso, são  
657 instrumentos e mecanismos que possivelmente estarão sendo  
658 aprovados e entrando em funcionamento ainda esse ano, e que, isso  
659 faria parte da pauta política até o final do ano; Frisou que essa era a  
660 missão e o desejo da Funarte, e que certamente, andariam juntos  
661 para que os resultados realmente justificassem todo o empenho e  
662 para que abram caminho para os próximos anos, buscando uma  
663 consolidação cada vez maior do Ministério da Cultura. O Sr. **Gustavo**  
664 **Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) apresentou e convidou à mesa o  
665 Sr. TT Catalão, Secretário de Fomento Adjunto recém-assumido;  
666 Observou que na audiência do dia anterior que tiveram com o  
667 Deputado Ângelo Vanhoni, havia sido mencionado amplamente a  
668 consolidação das políticas públicas de cultura, para além de partidos  
669 políticos e plataformas eleitorais, e que o desejo de todos era que o

670 Conselho conseguisse elaborar um documento que servisse se  
671 referência para candidatos aos cargos: deputados estaduais e  
672 deputados federais, senadores, governadores, e ao majoritário  
673 presidencial também. Solicitou ao presente, o Sr. Fernando Klemem,  
674 Conselheiro do Ministério do Desenvolvimento Social, que trabalhou  
675 antes na Secretaria Nacional de Economia Solidária, que explanasse  
676 brevemente sobre uma experiência interessante que teve na  
677 Secretaria e que poderia esta, servir de parâmetro para a elaboração  
678 do documento. O Sr. **Fernando Klemem** (Colegiado Setorial de  
679 Teatro) relatou que o Conselho Nacional de Economia Solidária no  
680 pleito eleitoral de 2005 para 2006, fez uma movimentação  
681 semelhante e teve um efeito bastante positivo, mas que não  
682 poderiam ser incisivos, e nem transformar em um elemento de  
683 campanha; Ressaltou que usaram o instrumento de comunicação do  
684 Conselho, no caso, um instrumento de divulgação das iniciativas que  
685 fez com que a temática da Economia Solidária à época, entrasse na  
686 pauta daqueles candidatos e posteriormente virasse parte do  
687 programa de governo e também das ações do próprio governo; Disse  
688 também que tem que ter um pouco de sensibilidade e não  
689 transformar aquilo também em instrumento de promoção política,  
690 mas sim fazer o circuito inverso, conseguir ter apropriação pelo  
691 candidato(a) daquela temática e daí fazer com que aquilo se  
692 transforme numa política pública. O Sr. **Chico Simões** (Inclusão  
693 Social por Intermédio da Cultura) observou que considerava muito  
694 importante que se deslocassem pontos de vista e até que  
695 repensassem os conceitos trabalhados, pois por trás de  
696 nomenclaturas e conceitos existem visões de mundo; Ressaltou que  
697 Cultura é o conjunto de conhecimentos que a oralidade vai  
698 repassando de geração em geração através das famílias, através das  
699 religiões, através das comunidades, etnias e etc.; E disse ainda que  
700 acredita que possuem maturidade política e cultural para  
701 construirmos a própria história, além do que, devem prestar atenção

702 não só na questão econômica, mas sim, em todos os conceitos  
703 também. O Sr. **Gustavo Vidigal** agradeceu aos explanadores e  
704 convidou o Senador Inácio Arruda para o cumprimento do item de  
705 pauta seguinte. **8) A pauta da Cultura no Congresso Nacional:** O  
706 Senador **Inácio Arruda** (Comissão de Educação e Cultura do Senado  
707 Federal) cumprimentou a todos e iniciou comentando que acabara de  
708 chegar da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Comissão de  
709 Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o plano contra a  
710 liberdade de imprensa, que queria um revanchismo em relação ao  
711 período ditatorial, para dar ênfase a esses aspectos, mas o resultado,  
712 o tiro saiu pela culatra, terminou que se tornou uma reunião muito  
713 emocionante; Relatou que achava isso muito importante para o  
714 Congresso Nacional porque mostra o peso do governo social na área  
715 cultural, os movimentos sociais passaram a ter peso significativo no  
716 Conselho Nacional de Cultura e que isso significava a possibilidade de  
717 pressão ainda mais organizada sobre o Congresso Nacional;  
718 Ressaltou que de todos os modos, normalmente reina em  
719 determinados meios de comunicação a certa hipocrisia, é como se ao  
720 fazer pressão no Congresso Nacional, ficasse aquela idéia de que o  
721 movimento social é mais agressivo, como se não existisse um lobby  
722 de bastidores fortíssimo, de muitos setores que não aparecem e nem  
723 querem aparecer; Observou também que o olhar a atividade cultural  
724 não é mais apenas manter as tradições ou só transformá-las em  
725 heranças do seu povo, mas é também uma atividade econômica  
726 forte, e foi lá atrás e sempre foi, desde a antiguidade até hoje,  
727 sempre foi atividade que tinha apelo econômico fortíssimo; Colocou  
728 sobre as questões mais polêmicas que foram tratadas na área da  
729 cultura, que dizem respeito às vezes a regionalização, e a  
730 regionalização quando trata da questão dos veículos de comunicação  
731 de massa, segundo ele, enfrenta uma barreira brutal, porque nesse  
732 campo a democracia é limitadíssima; Ressaltou que gostaria de ver  
733 os pontos de cultura com mais espaço nas redes e redes que eles



734 possam construir, e que quando se dá concentração, é porque o  
735 negócio se concentra em poucas mãos. O **Senador Inácio Arruda**  
736 disse ainda que se conseguirem democratizar o acesso aos recursos,  
737 falando das verbas publicitárias de empresas concessionárias de  
738 serviço público privado, permitiriam meios para a área da cultura, e  
739 também que deveriam travar uma luta nacional, que é mais difícil de  
740 mobilizar, e exige um convencimento muito grande; após sua  
741 explanação, se colocou à disposição para tratar de cultura na  
742 Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal,  
743 comandada pela senadora Fátima Cleide nessa atual legislatura. **9)**  
744 **Encaminhamentos, Informes e Breves Comunicações:** o Sr.  
745 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) passou para o  
746 último item de pauta, os informes finais. O **Mestre José Rolinha**  
747 informou que o colegiado de culturas populares escolheu algumas  
748 ações como prioridades, e que seriam estas: Item a) Um grupo vai  
749 trabalhar no plano setorial das culturas populares, incluindo a criação  
750 de Instituto Nacional de Culturas Populares, uma outra companhia  
751 nacional de cultura popular e edital para o nosso setor; Item b) Outro  
752 grupo vai trabalhar o projeto do fundo setorial de culturas populares  
753 incluindo recursos para extra propostas. A Sra. **Marise Gomes**  
754 (Colegiado Setorial de Dança) solicitou à Coordenação do CNPC que  
755 as datas marcadas para as reuniões dos colegiados e do Plenário do  
756 CNPC, fossem fixadas sem possibilidade de mudança posterior, para  
757 que pudessem ter o maior número de representantes possíveis. O Sr.  
758 **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) relatou que  
759 dentre as moções que foram aprovadas na Conferência, uma das  
760 mais votadas foi a moção de apoio ao reconhecimento e  
761 regulamentação da profissão de vaqueiro, o que considera muito im-  
762 tendo em vista o que esse homem significou e significa no processo  
763 de colonização e interiorização do Brasil; Perguntou ainda como esse  
764 projeto de reconhecimento e regulamentação da profissão se  
765 encontra na Comissão de Justiça da Câmara Federal, e qual é o

766 procedimento que o Ministério vai dar a essas moções. O Sr.  
767 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) informou que as  
768 moções são todas encaminhadas para instâncias adequadas para o  
769 seu recebimento, algumas são encaminhadas para o Congresso e  
770 outras encaminhadas, principalmente, para as secretarias finalísticas  
771 e fundações do Minc; Colocou que para ele a discussão dos três dias  
772 de trabalho havia sido de altíssimo nível, tratando de assuntos  
773 específicos dos estados e não esquecendo nunca ao temário nacional;  
774 Observou que foi maravilhosa a primeira reunião do ano e pediu que  
775 todos levassem e divulgassem o Conselho para cada um dos  
776 militantes que articulam politicamente nas redes em que atuam;  
777 Disse que possuem muitas pautas para o ano inteiro, um trabalho  
778 importante onde precisaram de grandeza, portanto, que pensassem  
779 em mecanismos para permearem os fundos setoriais, criar os  
780 mecanismos de controle social, e fazê-los funcionar na melhor forma  
781 possível com transparência e com eficiência. Nada mais havendo a  
782 ser tratado naquele momento, o Sr. **Gustavo Vidigal** agradeceu a  
783 todos por um belíssimo trabalho e deu por encerrada a 9ª Reunião  
784 Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural.